



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**Relatório da visita
do Grupo de Trabalho da Educação Especial
ao Colégio Eduardo Claparède**

14.maio.2012



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Objetivo da visita

Levantamento dos principais problemas e das dificuldades com que se debate o Colégio, bem como das experiências em curso, no sentido de se proceder à avaliação da legislação aprovada em 2008, na área da Educação Especial.

Programa

15h00 Visita às instalações e reunião de trabalho com a comunidade educativa

Delegação:

Deputada Margarida Almeida	- Coordenadora
Deputada Conceição Caldeira	- PSD
Deputada Rita Rato	- PCP
Deputada Ana Drago	- BE
Deputado Raúl Almeida	- CDS-PP

Síntese da visita

Procedeu-se, em primeiro lugar, à visita às instalações do Colégio, com as diretoras Maria João Gouveia e Maria Isabel Vaz Pereira e com a psicóloga e coordenadora pedagógica, que fizeram uma breve apresentação da instituição.

O [Colégio Eduardo Claparède](#) é uma instituição particular de educação especial, fundado em 1953, sendo seus sócios fundadores, Rosa Bemfeito, João dos Santos e Afonso Gouveia. Foi neste Colégio que nasceram outros projetos que depois se autonomizaram e que são hoje instituições de referência: Fundação Liga, Centro de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian e Centro Helen Keller.

O Colégio tem, atualmente, cerca de 80 alunos e conta com a colaboração de 35 profissionais. São alunos com necessidades educativas especiais, défices cognitivos, desarmonias evolutivas, distúrbios de personalidade, perturbações emocionais e outras. Para além de professores de Educação Especial - 1º e 2º Ciclo, o Colégio conta com uma equipa que integra psicólogos clínicos e educacionais, terapeuta da fala, psicomotricista, técnicos de reabilitação psicomotora, professor de atividades criativas e plásticas e auxiliares de ação educativa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Constituem objetivos desta instituição: proporcionar respostas pedagógicas e terapêuticas adequadas à população atendida, desenvolvendo e valorizando todas as suas capacidades, aptidões e potencialidades; promover a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativo; promover o maior envolvimento das famílias na coresponsabilização e implicação em todas as opções do processo educativo dos seus filhos; promover a integração e inclusão social, das crianças, dos jovens e adultos com necessidades especiais ou deficiências e das suas famílias; criar oportunidades que permitam desenvolver a autonomia pessoal e social; promover atividades ocupacionais, oficinais e um primeiro contacto com uma atividade profissional, desenvolvendo competências, qualificações e a transição para uma vida adulta ativa e alargar as parcerias com diversas entidades de modo a otimizar recursos, diversificar apoios, partilhar responsabilidades, conhecimentos, experiências e decisões.

Os alunos que têm acesso à frequência desta instituição através da autorização emitida pela Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo beneficiam da gratuitidade de ensino, dos 6 aos 18 anos. A partir desta idade, a frequência do colégio poderá ser subsidiada pelo Instituto de Segurança Social, através da atribuição do subsídio para frequência de instituição de educação especial em regime de semi-internato.

O internato, que funciona nos dias úteis, é subsidiado pelo sistema social da família, e a valência de lar abrange os períodos dos fins de semana, feriados e períodos de férias letivas, funcionando cumulativamente o ano inteiro. Os utentes que frequentam esta valência têm uma medida de acolhimento institucional, sendo o colégio responsável pelo seu acompanhamento integral, do ponto de vista familiar, escolar e clínico.

O Colégio promove parcerias com diferentes entidades e empresas, que permitem a realização de estágios vocacionais que levam os jovens a vivenciar experiências reais de trabalho, adquirindo diversas competências e preparando a sua transição para uma futura profissionalização e para a vida ativa e adulta: Fundação LIGA – Escola de Produção e Formação Profissional, Câmara Municipal de Lisboa - Quinta Pedagógica dos Olivais, AM Sousa Lda – Oficina Automóvel, Oficina da Av. Do Brasil, Supermercados Pingo Doce, Mercearia “A Nossa Casa”, Pierre Fabre DermoCosmetique Portugal, entre outras.

Todos os alunos do Colégio beneficiam de apoio pedagógico especializado, expressão criativa e plástica, psicomotricidade e musicoterapia e podem ainda beneficiar de outras áreas de intervenção: terapia da fala, psicologia educacional ou clínica, dança, expressão dramática, grupos desportivos com participação no Special Olympics, grupos de competências pessoais e sociais, atividades oficinais e pré-profissionais, como carpintaria, culinária, jardinagem, costura, entre outras.

Após a visita ao colégio, realizou-se um debate, que contou com a presença da equipa técnico-pedagógica, de representantes dos pais, parceiros e representantes das áreas da saúde, social e educação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Deputada Margarida Almeida (Coordenadora) agradeceu o acolhimento caloroso e apresentou o âmbito e finalidade da visita, tendo considerado este um exemplo de escola de afetos. Reconheceu ainda a pertinência do ensino particular, considerando que deve ser apoiado.

A Deputada Rita Rato (PCP) agradeceu a visita, lembrando que a legislação da Educação Especial não se restringe às escolas públicas, daí a necessidade de se conhecerem outros exemplos. Frisou ainda que os afetos são bem notórios neste Colégio e registou as diferenças em termos de dimensão, entendendo que o número de técnicos por aluno é decisivo para o trabalho nesta área. Pediu ainda esclarecimentos sobre o subsídio de Educação Especial.

A Deputada Conceição Caldeira (PSD) felicitou a direção do Colégio pelo trabalho aqui desenvolvido, considerando que os afetos concedidos pelos profissionais devem ser recebidos em dobro. Acrescentou ainda que o importante é que os objetivos sejam atingidos, quer seja no ensino público, quer seja no privado.

O Deputado Raúl Almeida (CDS-PP) manifestou a sua satisfação por poder acompanhar a visita, quer enquanto deputado, quer como pai. Sublinhou a aposta deste Colégio num serviço menos rentável, mas com grande qualidade, proximidade, relação familiar e atenção aos alunos, o que muito valoriza enquanto pai. Terminou, referindo-se ao elitismo dos afetos que se privilegia nesta instituição, onde convivem pessoas de todas as classes sociais, visto ser tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência.

As diretoras do Colégio aplaudiram a iniciativa da Assembleia da República e agradeceram a oportunidade da visita, por ser esta a primeira vez que tal acontece. Afirmaram que esta é uma escola pequena e de afetos, mas com alguns problemas ao nível dos recursos humanos, visto que a verba paga pelo Ministério não é suficiente para fazer face às despesas, existindo mesmo alguns ordenados, naquele momento, em atraso. A este propósito, lembraram que o valor das mensalidades praticadas nestes estabelecimentos de ensino não tem acompanhado os níveis da inflação, visto não ser revisto desde 2008. Chamaram ainda a atenção para o facto de as dificuldades financeiras serem mais graves por terem de dar resposta a situações complexas e que exigem um reforço e uma diversificação de recursos.

Alertaram ainda para a necessidade de a opinião dos pais de crianças com necessidades educativas especiais dever merecer maior respeito por parte da administração educativa, por entenderem que a inclusão nas escolas de ensino regular só é a indicada, desde que aquela disponha dos recursos humanos, técnicos e materiais necessários e adequados à especificidade das diversas situações.

Os pais ali presentes elogiaram o trabalho desenvolvido pela equipa deste Colégio e congratularam-se com a iniciativa dos Deputados e com o seu empenho na identificação dos constrangimentos ou aspetos a melhorar nesta área. Consideraram ainda essencial o direito de os pais escolherem a escola para os seus filhos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Os médicos presentes referiram-se ao Decreto-Lei nº 3/2008, que introduziu a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, considerando que existem casos em que a mesma não é possível, pelo que a escola não deve ter medo de o assumir. Assim, consideraram que as escolas têm de reconhecer e declarar que não dispõem de meios adequados para apoiar determinados alunos, para que seja possível proporcionar-lhes um futuro adequado às suas possibilidades, facultando-lhes, não apenas a certificação, mas também as competências de que necessitam. Apresentaram ainda uma proposta, no sentido de a legislação referir que a Educação Especial continua a existir nos colégios, visto que se criou a ideia de que estes deixaram de existir. Elogiaram ainda o trabalho levado a cabo neste colégio, apontando-o como exemplo a seguir, em especial no que se refere à preocupação com cada criança, com a organização do seu processo, com a assiduidade às consultas. Por último, consideraram que o apoio às crianças com necessidades educativas especiais deve ser dado apenas por pessoas com formação adequada e sensibilidade para trabalhar nesta área.

Os professores referiram-se à ideia criada pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de que a escola pública tem condições para receber e acompanhar crianças com todo o tipo de problemas, entendendo que as respostas dadas não estão a resultar, em muitos casos. O trabalho de proximidade e com uma grande carga de afetos não se consegue na escola pública, sob pena de prejudicar os restantes alunos, o que gera frustração e bloqueio. Afirmaram ainda que a continuidade pedagógica é fundamental, pelo que deveriam prever-se concursos por 4 anos. Referiram-se à falta de sensibilização dos professores do ensino regular, à falta de perfil de alguns professores de Educação Especial, à ausência de formação dos técnicos, à desarticulação entre a intervenção precoce e a Educação Especial. Chamaram ainda a atenção para o facto de os alunos com Currículo Específico Individual terminarem os seus estudos sem quaisquer competências e inibidos de seguir um curso profissional ou de tirar a carta de condução. Neste Colégio, os alunos aprendem o que lhes faz falta para a vida. Por último, consideraram que os pais devem ter a opção de escolha da escola dos seus filhos, por entenderam que muitos alunos se sentem desprotegidos na escola pública.

A representante do Sindicato lembrou que, até 1993, as escolas não dispunham de respostas para estes alunos, o que obrigava as famílias a assumirem a totalidade dos custos. Neste Colégio existe um acordo de cooperação, sendo o mesmo financiado pelo Ministério da Educação e Ciência. Esclareceu ainda que, no caso de a escola de ensino regular não reencaminhar os alunos para os colégios, os pais ou encarregados de educação terão de assumir as despesas. Em relação às escolas de referências, lamentou o facto de os alunos terem de fazer grandes deslocações diárias.

O representante da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo considerou que os Colégios foram extintos com a aprovação do Decreto-Lei nº 3/2008. Lembrou que este normativo prevê que as escolas declarem que não têm condições para o apoio a determinadas crianças, em função do tipo e grau de deficiência do aluno, ou que refiram que, para o seu projeto, não faz sentido serem integradas na escola pública, mas o certo é que, a partir da entrada em vigor daquele Decreto-Lei, os encaminhamentos começaram a ser negados e os colégios vivem hoje uma situação de incerteza e indefinição,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

não se sabendo se continuarão abertos em Setembro de 2012. A este respeito, entende que as crianças deverão continuar a ser acompanhadas nos colégios, a não ser que os pais e os técnicos entendam que assim não deve ser.

A representante do Colégio Ana Sullivan referiu-se ao impasse dos colégios de Educação Especial, que remonta a 1968, e afirmou que a Direção Regional de Educação do Norte tem recusado, desde há 5 anos, o encaminhamento para os colégios, encontrando-se muitos pais a pagar a mensalidade.

Os psicólogos consideraram fundamental não frustrar as crianças, para que não recorram à agressão. Por outro lado, entendem que o amor e o afeto permitem desbloquear o processo de aprendizagem.

Mais informação sobre esta visita pode ser consultada na [página do Grupo de Trabalho](#), na Internet.